

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame pretende alterar a Lei nº 5.645/2010, para instituir, no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro, o dia da "Feijoada da Beth Lira", a ser celebrado no segundo domingo do mês de julho de cada ano.

Apresentada à Secretaria Geral da Mesa Diretora em 16 de junho de 2021, a proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça em 28 de junho do mesmo ano para análise e relatoria. É o relatório.

II - PARECER DO RELATOR

A proposta é meritória e se destina a incluir, no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro, o dia da "Feijoada da Beth Lira", a ser celebrado no segundo domingo do mês de julho de cada ano. A justificativa do projeto estaria pautada na promoção e reconhecimento do famoso evento ocorrido no bairro da Piedade, no Rio de Janeiro.

Cumpra esclarecer que a Lei Estadual nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, ficou responsável por instituir o Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ficando a cargo dos parlamentares a possibilidade de sua alteração para incluir as novas datas comemorativas que julgarem relevantes.

Nesse sentido, por força do Artigo 26, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que impõe a esta Comissão de Constituição e Justiça a competência de se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos apresentados, forçoso concluir pela juridicidade da proposta, uma vez que a matéria não esbarra em qualquer óbice constitucional que impeça sua tramitação.

Em face do exposto, o parecer é pela JURIDICIDADE.

Sala das Comissões, 08 de setembro de 2021.

(a) Deputado MARCOS MULLER - Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 15ª Reunião Extraordinária semipresencial, realizada em 08 de setembro de 2021, aprovou o parecer do relator pela JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 4369/2021.

Sala das Comissões, 08 de setembro de 2021.

(a) Deputados MÁRCIO PACHECO, Presidente; LUIZ PAULO, CARLOS MINC, ROSENBERG REIS, membros efetivos; e MÔNICA FRANCISCO, suplente.

PARECER

DA COMISSÃO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS E VETOS AO MÉRITO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 54/2021, QUE "ACRESCENTA § 3º AO ART. 277 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", E ÀS EMENDAS APRESENTADAS.

Autoria: Deputado CARLOS MINC

Autores das Emendas: 01 - Deputada MARTHA ROCHA, 02 - Deputado WALDECK CARNEIRO

Relator: Deputado MARCELO DINO

(FAVORÁVEL AO MÉRITO E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS 01 E 02)

I - RELATÓRIO

Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional nº 54/2021, de autoria do Senhor Deputado Carlos Minc, que acrescenta § 3º ao Art. 277 da Constituição do Estado, que trata dos "lançamentos finais dos sistemas públicos e particulares de coleta de esgotos sanitários" e das emendas apresentadas perante essa Comissão pelos Senhores Deputados Martha Rocha e Waldeck Carneiro.

II - PARECER DO RELATOR

A presente Proposta de Emenda Constitucional diz respeito à coleta e tratamento de esgoto, visando à preservação dos corpos hídricos. Por se tratar de questão de suma importância para a saúde e qualidade de vida da população, manifesto meu voto FAVORÁVEL ao mérito da proposta. Quanto às emendas apresentadas, muito embora visem aprimorar o escopo original, trazem, a meu ver, especificações que seriam melhor apreciadas no âmbito de legislação complementar ao texto constitucional. Razão pela qual manifesto voto CONTRÁRIO à sua incorporação à proposta original.

Sala das Comissões, 02 de setembro de 2021.

Deputado MARCELO DINO

Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS E VETOS, na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 08 de setembro de 2021, por meios remotos, aprovou o parecer do Relator, FAVORÁVEL AO MÉRITO da Proposta de Emenda Constitucional nº 54/2021 e CONTRÁRIO ÀS EMENDAS 01 E 02.

Sala das Comissões, em 08 de setembro de 2021.

(a) Deputados: MARCELO DINO - Presidente, VANDRO FÁMILIA - Vice-Presidente, e RODRIGO AMORIM, membros efetivos.

COMISSÃO DE CULTURA

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, por meios digitais/Plataforma Zoom reuniu-se a Comissão de Cultura, com a presença virtual dos Senhores Deputados Eliomar Coelho - Presidente, Waldeck Carneiro - Vice-Presidente, Luiz Paulo, Carlos Minc, Chiquinho da Mangueira, Dani Monteiro e Chico Machado, membros efetivos deste órgão técnico. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, nos termos do Edital de Convocação republicado em 17.08.2021. Estiveram remotamente presentes os Senhores Vereador Tarcísio Motta - Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Júlia Moulin, Flávio Aniceto e Lúcio Sanfilippo - Assessores da Comissão de Cultura, Lauro Sena - Assessor do Deputado Luiz Paulo, Morgana Eneide - Assessora do Deputado Carlos Minc, e Evelyn Silva - Assessora da Deputada Dani Monteiro. Passando à Ordem do Dia, o Senhor Presidente propôs a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social com o tema: "PL 1688/2019 que institui o Título dos Mestres do Patrimônio Cultural Imaterial e dá outras providências". Posta em discussão e votação, foi aprovada. Continuando, Sua Excelência abriu debate sobre o anúncio de Leilões de Prédios da União e a Proteção do Palácio Gustavo Capanema, propondo Ações da Comissão de Cultura. Primeira, informou sobre Moção de Repúdio à venda do imóvel de sua autoria, solicitando o apoio de todos para ser uma Moção ampla da ALERJ. Segunda, que a Comissão de Cultura faça uma Representação no Ministério Público Federal para impedir a venda do Palácio Capanema. Terceira, oficial à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa solicitando relação de todos os imóveis pertencentes ao Estado e a situação em que se encontram. Posto em discussão e votação foram aprovadas. Fazendo uso da palavra a Deputada Dani Monteiro informou sobre Projeto de Lei de sua autoria que propõe o Tombamento Estadual do Palácio Capanema. Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Tarcísio Motta que convidou a todos para Audiência Pública na Câmara Municipal para tratar do assunto e complementou prestando o apoio da Comissão de Cultura da Câmara para as ações de preservação do Palácio Capanema e a integração à Representação. Dando prosseguimento, Sua Excelência apresentou o Relatório da Audiência Pública com o tema Programa de Formação Cultural, realizada em 1º de julho de 2021, informando que o Relatório está disponibilizado no Grupo Comissão de Cultura do WhatsApp. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência suspendeu a reunião para que eu, Haroldo Motta Lima Leão de Aquino, Secretário, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que em seguida encerrou a reunião. Sala das Comissões, em dezesseis de agosto de dois mil e vinte e um. (a) Haroldo M. L. L. de Aquino - Secretário; Deputado Eliomar Coelho - Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR OS CASOS DE DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(RESOLUÇÃO Nº 379/2021)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dez horas e treze minutos, na sala número trezentos e onze do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 379/2021, para a realização da 1ª Reunião Ordinária, sob a Presidência do Senhor Deputado Alexandre Knoploch, e com as presenças dos Senhores Deputados, Renata Souza - Vice-Presidente, Danniell Librellon - Relator e Lucinha, membros efetivos da Comissão convocados conforme edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia onze de junho passado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente deu início à sessão, informando aos seus pares que o objetivo da presente reunião seria ouvir os Senhores convocados das Empresas Operadoras de Telefonia, aqui representada pelo Dr. Guilherme Salles, Gerente Jurídico da Empresa Conexis; Dr. Ricardo Mascarenhas, Gerente de Relações Institucionais da Vivo; Dr. Cleber Rodrigo Affanio, Gerente Institucional da Tim; Dra. Luanne Batista, Gerente Institucional da Claro; Dr. Helton Posseti, Presidente Institucional da Oi; e os convidados, Dr. Uriel Machado, Delegado Titular da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense - DHBf; Dr. Rodrigo Azambuja, Defensor Público, Coordenador da Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes; Sr. André Luiz Souza Cruz, Gestor do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público; Sr. Luiz Henrique Oliveira, Coordenador do Programa Desaparecidos da Fundação da Infância e Adolescentes - FIA, e Senhora Jovita Belfort, Superintendente Estadual de Prevenção e Enfrentamento das Pessoas Desaparecidas. Em seguida, o Senhor Presidente fez um breve preâmbulo de como se originou a Comissão, sobre a pluralidade da sua composição e iniciou fazendo alguns questionamentos para o Dr. Guilherme Salles. Em continuidade, o Dr. Guilherme Salles esclareceu os questionamentos levantados pelo Senhor Presidente, que passou a palavra para a Deputada Renata Souza. A Vice-Presidente cumprimentou a todos os presentes, ressaltou a importância da proposição da CPI e iniciou suas perguntas ao Dr. Guilherme Salles que agradeceu a oportunidade de responder e esclarecer mais sobre o tema. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra para a Deputada Lucinha, que enalteceu em sua fala a importância do papel dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, explicitando o dever das Operadoras em respeitarem e acatarem a Lei Nº 9182 de 2021. Em prosseguimento, o Deputado Alexandre Knoploch passou a palavra para o Relator, Deputado Danniell Librellon, que fez sua explanação inicial colocando que pretende ouvir os demais presentes para posteriormente fazer suas colocações. Assim sendo, o Senhor Presidente questionou se os Senhores, Dra. Luanne Batista, Dr. Cleber Rodrigo Affanio e Dr. Ricardo Mascarenhas, gostariam de complementar em algo mais a fala do representante da Empresa Conexis. Com a palavra, o Dr. Cleber Rodrigo Affanio, discorreu como se deu sua carreira de 22 anos na Operadora TIM e falou sobre os aspectos técnicos da lei e da complexidade do tema em questão. Após amplo debate, o Senhor Presidente propôs aos seus pares que as Operadoras fizessem um grupo de trabalho e elaborassem uma proposta, com data e prazo, a ser apresentada na próxima semana, para que comecem a cumprir o que determina a Lei referente ao "Alerta Pri", bem como a convocação de representante da Anatel para uma próxima reunião da Comissão. Colocada as propostas em discussão e votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade dos membros presente na reunião. Continuando, o Deputado Alexandre Knoploch agradeceu a participação de todos que vieram representando as Operadoras de Telefonia e passou a palavra para os demais convidados, o servidor Sr. André Luiz Souza Cruz, Sr.ª Jovita Belfort, Dr. Uriel Machado e do Dr. Rodrigo Azambuja. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, agradeceu a presença de todos os participantes e nada mais havendo a tratar, suspendeu a reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas em anexo e, para que eu, Christianne Mellye Pinheiro Diniz Gonsalves, matrícula 201.482-7, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, 17 de junho de 2021. (a) Christianne Mellye Pinheiro Diniz Gonsalves - Secretária; (a) Deputado Alexandre Knoploch - Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A QUEDA NA ARRECAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTE ÀS RECEITAS COMPENSATÓRIAS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS.

(RESOLUÇÃO Nº 372/2021)

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, via Plataforma Zoom, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pela Resolução nº 372/2021, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Paulo e contando com a presença da Senhora Deputada Célia Jordão, dos Senhores Deputados Márcio Pacheco - Relator e Noel de Carvalho, membro titular e dos Senhores Deputados Carlos Macedo e Dionísio Lins, membros suplentes, convocados conforme edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia vinte e quatro de junho passado. Em seguida, o Senhor Presidente justificou as ausências dos Senhores Deputados Waldeck Carneiro e Martha Rocha e deu início aos trabalhos registrando a presença dos representantes da EQUINOR BRASIL, Senhor Paulo Henrique Van Der Ven - Vice-Presidente de Sustentabilidade e Segurança Operacional, Senhora Márcia Loureiro - Diretora Tributária e da Senhora Aline Gadelha - Gerente Tributária e dos representantes da TOTAL ENERGIES E&P BRASIL, Senhor Ulisses Martins - Diretor de Assuntos Externos, Compliance e Ética, Senhoras Andrea Torres - Gerente de Impostos e Patrícia Arruda - Diretora Jurídica, Assuntos Regulatórios e Governança Corporativa, expositores desta data. Citou também as presenças da Senhora Magda Chambriard da Assessoria Fiscal da ALERJ, do Senhor Cristiano Gadelha da PETROBRAS, dos Senhores Rubens Freitas e Thiago Neves De Campos da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; dos Senhores Alex Rabelo Gonçalves, Carlos Eduardo Fortunato e Leonardo José Fernandes, e da Senhora Beatriz Guerreiro Ferreira da Secretaria de Estado de Fazenda; do Ministério Público Federal, presente o Procurador Doutor Luiz Claudio Leivas; do Ministério Público Estadual, a Promotora Karine Susan Oliveira Gomes da Cuesta; pela PG-18, o Procurador-Chefe, Senhor Paulo Enrique Mainier. A OMPETRO se encontrava representada pelos Senhores Marcelo Neves e Diogo Manhães e representando o SINFRRERJ - Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Rio de Janeiro, o seu Presidente, Senhor Alexandre de Mello Telles de Menezes. Após, concedeu a palavra ao representante da EQUINOR, Senhor Paulo Henrique Van Der Ven para que desse início à apresentação sobre a empresa, assessorado pelas duas outras representantes, que comentaram sobre a origem norueguesa da EQUINOR; o início das atividades da empresa na década de setenta; os objetivos; os pilares de estratégia; o número de funcionários e os investimentos nesse tempo de pandemia. Em seguida, concedeu a palavra aos presentes para que fossem feitas perguntas, tendo feito uso dela o Doutor Luiz Claudio Leivas e a Senhora Magda Chambriard. Em seguida, passou a palavra ao Doutor Ulisses Martins da TOTAL ENERGIES para a sua apresentação, quando abordou a origem francesa da empresa; a sua criação; produção e atuação no Brasil desde 1965, número de colaboradores e as ações de responsabilidade social com foco nos jovens. Ao término, foram apresentadas perguntas pelo Senhor Presidente, pelo Doutor Luiz Claudio Leivas, pela Senhora Magda Chambriard e pelo Senhor Alex Rabelo. Foi concedida a palavra, também, ao Senhor Cristiano Gadelha, que falou sobre a Lei 8890/20. Durante a sessão o Senhor Presidente, solicitou à Secretaria dos tra-

balhos a emissão de ofícios à Petrobras, ANP, SEFAZ e PGE e às concessionárias que já estiveram presentes perante a CPI, sobre vários tópicos tais como, auditorias recebidas de órgãos oficiais, investimentos em P&D, relação de contenciosos administrativos, projetos de geração de energia solar, eólica e termoeletrica, reservas de gás Hélio e transporte ferroviário de combustível ou gás, todos aprovados. Finalizando, falou sobre o recesso parlamentar de julho, destacando que na próxima reunião, em agosto, gostaria que a pauta fosse sobre a Lei 8.890/2020 e para essa sessão seriam convidados os diretores jurídicos das concessionárias, a PETROBRAS, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria de Estado de Fazenda, a Senhora Magda Chambriard, o Senhor Rodrigo Lopes Lourenço e alguns especialistas tributários. Após, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente franqueou a palavra e, como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas, em anexo e, para constar, eu, João Carlos dos Santos Barreto, matrícula 200.833-2, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Em, 28 de junho de 2021. (a) João Carlos dos Santos Barreto-Secretário; (a) Deputado Luiz Paulo - Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Às 10h05, consoante a publicação de 24/06/21, do Edital de convocação para a presente reunião, foram convocados nos termos regimentais os Srs. Deputados membros da CPI, titulares e suplentes, para dar prosseguimento aos trabalhos da mesma, que visa investigar a queda de arrecadação do Estado do Rio de Janeiro, referente a receitas compensatórias da exploração de petróleo e gás. Estamos indo para a nossa 13ª reunião ordinária, realizada pela plataforma Zoom, com a seguinte pauta: oitiva dos representantes da Equinor Brasil e da Total do Brasil sobre a execução dos contratos de parceria com a Petrobras, na exploração de petróleo e gás nas áreas limites do Estado.

Presentes pela Equinor Brasil o Dr. Paulo Henrique Van der Ven; a Dra. Márcia Loureiro e a Dra. Aline Gadelha. Presentes pela Total, Dr. Ulisses Martins. Pergunto se da Total as Dras. Andrea e Patrícia também estão presentes.

A SRA. PATRÍCIA ARRUDA - Sim, Dr. Luiz Paulo, Patrícia Arruda, da Total.

A SRA. ANDREA TORRES - Andrea Torres também presente pela Total Energy.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado.

Pela Sefaz, presentes Dr. Carlos Eduardo Fortunato, desculpe, Dr. Carlos, não. Dr. Alex Rabelo Gonçalves, subchefe da Receita Estadual; a Dra. Bia e o Dr. Leonardo. Pela Agência Nacional de Petróleo, o Sr. Rubens Cerqueira. Pela Petrobras, o Dr. Cristiano Gadelha Vidal Campelo. Pela PG-18, Dr. Paulo Enrique Mainier. PG-18 é a nossa Procuradoria. Consulto se alguns dos dois técnicos do TCE estão presentes.

Pelo Ministério Público Federal, Procurador Dr. Luís Cláudio Leivas. Pelo Ministério Público Estadual, a Promotora Dra. Karine Cuesta. Pela Assessoria Fiscal, a Dra. Magda Chambriard. Pela Ompetro, o Dr. Marcelo Neves. Pela Sinfrejr, o Dr. Alexandre Mello. Registraram já a presença o Deputado Waldeck Carneiro, que infelizmente teve que se ausentar porque tem um evento importante de outra Comissão de que ele participa e é uma visita local, mas a sua assessoria está acompanhando; o Deputado Carlos Macedo; e a Deputada Célia Jordão.

O SR. MARCELO NEVES - Deputado Luiz Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Sim?

O SR. MARCELO NEVES - O Dr. Diogo também, da Ompetro, está presente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - É que eu não vi o nome dele, Marcelo.

O SR. NOEL DE CARVALHO - Noel de Carvalho presente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Noel de Carvalho também presente. Obrigado, Deputado.

O SR. DIOGO - Bom dia, Deputado. Diogo, aqui, da Ompetro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu já marquei, Diogo.

O SR. DIOGO - Ok. Obrigado.

O SR. LUIZ PAULO - Eu que agradeço.

Então, vamos ouvir primeiro a Equinor. Eu convido para a primeira oitiva o Dr. Paulo Henrique Van Der Ven e, se assim desejar, Dra. Márcia e Dra. Aline, conforme ele bem dispôr, para apresentar os trabalhos da Equinor na exploração em áreas de concessão de petróleo e gás nas regiões limítrofes ao Estado do Rio de Janeiro.

Por favor, Dr. Paulo Henrique Van der Ven.

O SR. PAULO HENRIQUE VAN DER VEN - Muito obrigado, primeiramente confirmar que me ouvem, ouvem bem? Assim como o vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - O vídeo ainda não entrou.

O SR. PAULO HENRIQUE VAN DER VEN - O meu vídeo pessoal, mas faremos também o compartilhamento de tela. A nossa gerente tributária Aline Gadelha vai compartilhar. Podem confirmar que conseguem visualizar?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Perfeitamente.

O SR. PAULO HENRIQUE VAN DER VEN - Bom, primeiramente muito bom dia, prezadas Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de agradecer ao convite à Equinor. É um prazer para mim poder participar desta sessão por meio desta Comissão Parlamentar, representando a Equinor Brasil. Gostaria também de saudar o Sr. Deputado Luiz Paulo, parabenizar pela condução dos trabalhos da CPI, que estamos acompanhando de perto. E, também, saudar o Excelentíssimo Sr. Relator, Deputado Márcio Pacheco. Em nome de ambos, aproveito para saudar demais Deputadas e Deputados presentes nessa reunião. Também meus cumprimentos à Dra. Magda Chambriard; é um prazer reencontrá-la. Os consultores legislativos, representantes aqui presentes que já foram listados pelo Deputado Luiz Paulo, representantes do Ministério Público, da Sefaz, membros da Ompetro, da Procuradoria do Estado. E, também aproveito para cumprimentar Ulisses e demais colegas da Total, que participaram hoje desta sessão, juntamente com a Equinor.

Meu nome é Paulo Van Der Ven, eu sou gerente de segurança e sustentabilidade da Equinor, e comigo aqui também temos hoje a presença da nossa diretora tributária e financeira da Equinor Brasil Márcia Loureiro e a gerente tributária Sra. Aline Gadelha. Com o apoio delas espero que possamos responder a todos os questionamentos desta Comissão, mas, obviamente, restando qualquer esclarecimento futuro estaremos disponíveis para prestar as informações atentadamente.

Se puder passar para o segundo slide, está no modo de apresentação?

A SRA. ALINE GADELHA - Desculpa, gente, eu só consigo, quando eu coloco para ficar assim, ele some. Eu vou... eu coloco para apresentar vocês não conseguem ver, não é?

O SR. PAULO HENRIQUE VAN DER VEN - Eu estou visualizando ainda na tela o primeiro slide não em modo de apresentação, o slide lá da Equino Brasil.

A SRA. ALINE GADELHA - Passou?

O SR. PAULO HENRIQUE VAN DER VEN - Não.

A SRA. ALINE GADELHA - A gente vai tentar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Vou pedir aqui, um minutinho, queria pedir aqui para a Assessoria que faça o contato com a Dra. Aline Gadelha para que a apresentação dela possa girar... quem está com o telefone aberto, por favor, feche.

A SRA. ALINE GADELHA - Agora foi?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Foi, agora foi.

O SR. PAULO HENRIQUE VAN DER VEN - Perfeito, Aline, eu consigo visualizar bem do meu lado aqui também. Senhoras e senhores, eu gostaria de falar um pouco mais sobre a Equinor, globalmente, um pouco mais sobre a Equinor do Brasil. E a nossa intenção ao longo dessa apresentação direcionarmos ao questionamento recebido através de ofício desta Comissão, especificamente sobre as nossas atividades no Estado do Rio e a parceria com a Petrobras.